

“EU NOMEIO, TU RENOMEIAS, ELE NOMEIA NOVAMENTE”: COMO AS TOPONÍMIAS PÚBLICAS EM NILÓPOLIS (RJ) EXPRESSAM TERRITORIALIDADES POLÍTICAS

Anderson Alceu Alves Albuquerque¹

Miguel Ângelo Ribeiro²

30

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir o uso político partidário das toponímias no município fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, componente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e conhecida na escala nacional e internacional por sediar a Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. Como a etimologia sugere, toponímia diz respeito ao estudo dos nomes dos lugares, contudo, para a análise em questão selecionamos apenas os espaços públicos que sofreram alteração de nomenclatura recentemente como forma de expressar o poder de um determinado segmento político, demarcando um território. A análise dessa questão no cenário nilopolitano aponta para a predominância de dois grupos políticos os quais influenciam fortemente na decisão de nomear tais espaços: o clã Abraão-Sessim e os Calazans, os quais demarcam no espaço um poder territorial.

Palavras-chave: Nilópolis; Grupos políticos; Poder; Toponímia.

**"I GIVE TO NAME, YOU RENAMING, HE NAMES AGAIN": AS THE
PUBLIC TOPONYMS IN NILÓPOLIS(RJ) EXPRESS THE POLITICAL
TERRITORIALITIES.**

Abstract: this article aims to discuss the political partisan use of toponyms in the municipality of Nilopolis (RJ). The city in question, part of the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and known in national and international scale for hosting the Samba School Beija Flor from Nilópolis, witnessed an intense process of changes of names of public facilities based by political interference. As the etymology suggests,

¹Doutorando pelo PPGeo-UERJ.
enderonalbuquerque@yahoo.com.br.

 <https://orcid.org/0000-0001-7807-1851>. E-mail:

² Professor adjunto do Instituto de Geografia da UERJ.  <https://orcid.org/0000-0002-7118-1510>. E-mail: mamikisi@gmail.com

the name relates to the study of the names of places, however, for the analysis in question we have selected only the public spaces that have undergone changes recently naming as a way to express the power of a particular political segment, staking out a territory. The analysis of this question in the nilopolitano scenario points to the predominance of two political groups which strongly influence on decision to appoint such spaces: the clan Abraham-Sessim and the frame in which Cabral space territorial power.

Keywords: Nilópolis; Political groups; Power; Toponymy.

“YO NOMINO, TÚ LO NOMEA, ÉL LO NOMBRA DE NUEVO”: COMO LAS TOMONIMIAS PÚBLICAS EN NILOPOLIS (RJ) EXPRESAN TERRITORIALIDADES POLÍTICAS.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir el uso político partidista de las toponimias en la ciudad de Nilópolis. La ciudad en cuestión, componente de la región metropolitana de Río de Janeiro y conocida a escala nacional e internacional para albergar la escuela de samba Beija Flor de Nilópolis, tiene un intenso proceso de modificaciones de los nombres de equipos públicos basados en la injerencia política. Como sugiere la etimología, la toponimia se relaciona con el estudio de los nombres de los lugares, sin embargo, para el análisis en cuestión seleccionamos sólo los espacios públicos que habían cambiado recientemente la nomenclatura como una forma de expresar el poder de un particular Segmento político, demarcando un territorio. El análisis de esta cuestión en el escenario nilopolitano apunta al predominio de dos grupos políticos que influyen fuertemente en la decisión de nombrar tales espacios: el Clan Abraham-Sessim y los Calazan, que demarcan en el espacio un poder territorial.

Palabras clave: Nilópolis; Grupos políticos; Poder Toponimia

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as manifestações de poder no município de Nilópolis contemplando a análise das suas toponímias. O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1947 – ano da instalação do município - até o período atual, no qual se verifica uma tensão entre os grupos políticos locais no sentido de renomear espaços públicos. Embora as produções

acadêmicas referentes à discussão toponímica sejam abundantes no âmbito geográfico, ainda não existem trabalhos que contemplem a essa temática na escala aqui proposta.

Quanto à operacionalização referente à metodologia da pesquisa, recorreremos a obras acadêmicas que trataram da discussão a respeito das categorias poder, toponímia e território. O caminho de investigação escolhido visa analisar como se dá a correlação de forças no espaço nilopolitano por meio do poder de nomear e o interesse político em renomear espaços públicos. Utilizamos, também, fotografias como forma de expressar visualmente a os territórios políticos. No intuito de responder a esse questionamento, o artigo se divide em três partes. Na primeira, ambicionamos contextualizar nosso recorte espacial no bojo da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) considerando da sua inserção socioeconômica. A segunda parte analisará a dimensão política do município em tela, enquanto a terceira parte discutirá o processo toponímico e sua dimensão política. A fim de apontar esse processo no contexto municipal, analisaremos alguns equipamentos públicos que tiveram seus nomes alterados para atender aos interesses políticos vigentes em determinado período, tais como os postos de saúde, as praças e estabelecimentos educacionais.

Nilópolis no contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Nilópolis, nosso recorte espacial, localiza-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, juntamente com os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Japeri, Queimados, Magé, Guapimirim, Itaguaí, Paracambi e Seropédica, compõem a Baixada Fluminense, conforme registra o Figura 1.



Figura 1: Localização do município de Nilópolis na RMRJ

Fonte: CEPERJ, 2014.

Embora ocupe oficialmente uma área de 19,157 km², segundo o IBGE, mais de 10 km² de sua área pertence ao Campo de Instrução Militar do Gericinó (Exército do Brasil) e apenas 9 km² são ocupados por sua população de 157.425 residentes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Essa configuração territorial confere ao município uma densidade demográfica superior a 8.000 hab./km², uma das maiores do país, materializando um processo de conurbação com bairros da cidade do Rio de Janeiro e com os municípios limítrofes.

Sobre as intervenções realizadas pelo governo de Nilo Peçanha entre os anos de 1909 e 1910, Lago (2000, p. 67) assinala que as

obras de saneamento e drenagem executadas na Baixada Fluminense nesse período, em vez de impulsionar a produção agrícola para o abastecimento da cidade, abriram novas fronteiras para a expansão imobiliária. Surgia nesse momento um novo padrão de produção do espaço construído urbano, os chamados “loteamentos periféricos”, que mudaria, doravante, a forma e o conteúdo não apenas do Rio de Janeiro, mas das demais grandes cidades brasileiras.

A alteração da forma e conteúdo aludida por Lago se manifestou através do adensamento demográfico dos municípios vizinhos ao Rio de Janeiro. Por consequência, houve a expansão da mancha urbana, até então limitada à cidade do Rio de Janeiro. No

Albuquerque & Ribeiro, *“Eu Nomeio, Tu Renomeias, Ele Nomeia Novamente”*: Como As Toponímias Públicas Em Nilópolis (Rj) Expressam Territorialidades Políticas.

contexto fluminense tal processo se materializou juridicamente com a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1973. Essa RM foi criada com 17 municípios, dentre eles Nilópolis e, tendo como seu núcleo o então município da Guanabara, atualmente constituindo o município do Rio de Janeiro e sediando a capital do Estado do Rio de Janeiro desde 1975, quando da fusão imposta pelo governo federal. O último Censo demográfico do IBGE (2010) registra o caráter altamente concentrador do ponto de vista populacional do núcleo da RMRJ, quando comparado aos demais municípios. Essa área concentra 74,1% da população residente no estado, perfazendo um total populacional de 11.823.752 habitantes. Entretanto, 6.323.037 desses indivíduos residem no município do Rio de Janeiro. Dessa forma, o núcleo da RMRJ abriga população superior à soma dos outros 20 municípios que a compõem atualmente, ratificando a forte concentração populacional metropolitana.

Nesse contexto, Nilópolis se inscreve como integrante de sua periferia (RIBEIRO & O'NEILL, 2012) - a Baixada Fluminense. O município em tela apresenta índices econômicos pífios quando comparado aos de outros municípios da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana. As receitas tributárias dos municípios da Região Metropolitana, em 2007, por exemplo, foram de R\$ 208.713.877 (em mil reais). O município nilopolitano, nesse mesmo ano, contribuiu para a RMRJ com uma arrecadação tributária de R\$ 1.198.642, correspondendo a apenas 0,57% do PIB total dessa região (IBGE, 2007). Para o ano de 2012 o PIB total da Região Metropolitana, na qual Nilópolis está inserida, foi de R\$ 261.090.608 (em mil reais). O município nilopolitano contribuiu com apenas 0,74% desse valor, com um PIB de R\$ 1.935.707.

Internamente, a participação dos setores econômicos indica o destaque das atividades de serviços na composição econômica municipal, correspondendo a cerca de 90% do PIB do município. Uma explicação para essa concentração pode ser formulada a partir da área urbana de Nilópolis, a qual inviabiliza a existência das atividades primárias e compromete o rendimento do setor secundário.

O espaço nilopolitano, conforme exposto, apresenta pouca expressividade quanto ao desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, é altamente dependente

dos repasses federais para sua gestão. Por sua vez, a gestão municipal utiliza do poder para nomear espaços públicos como forma de demarcar o domínio territorial de seu grupo, pois o território se configura a partir de relação de poder, a qual controla o espaço do ponto de vista material e simbólico. Nesse sentido, se por um lado nomear os espaços públicos simboliza a territorialização desse local, por outro é um indicativo do grau de poder do grupo beneficiado.

O poder sem pudor: atuação dos grupos políticos no espaço nilopolitano.

Nomear espaços públicos, ao mesmo tempo em que sugere a legitimidade do homenageado, expõe a força política daquele que homenageia. Por outro lado, grifar os espaços públicos em benefício político de um determinado grupo suscita uma discussão referente à necessária separação entre os interesses públicos e privados dos gestores municipais. Com efeito, discutir o sentido das toponímias para o caso em questão enseja considerar a noção de poder e do território - o qual consiste em sua manifestação espacial - e a relação entre as esferas pública e privada.

O topônimo, objeto de estudo da toponímia, diz respeito ao nome dos lugares. Nomear os lugares, por sua vez, cumpre uma dupla função, conforme sustenta Claval (2001, p. 189) ao afirmar que “o batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns aos outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”. Desse modo, além do referencial espacial, batizar os lugares serve, em alguma medida, como uma manifestação de poder daquele que o nomeia ou da parte de quem impõe a homenagem.

Já o poder ao se efetivar sobre um espaço cria uma demanda de reflexão geográfica, pois faz emergir um território. O território, simbólico ou funcional, é “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, conforme aponta Souza (2010, p. 78). Afinado a essa preposição, a discussão do território suscita, indubitavelmente, o debate referente às relações de poder e, por extensão, aos grupos

de poder atuantes em um determinado espaço e aos sujeitos imbricados. Convém acrescentar que o poder é sempre relacional devido a sua natureza de ser propriedade de um grupo como defende Arendt (2016), por estar presente em todos os espaços, conforme expõe Foucault (2016) e por isso se insere em todas as relações, como esmiúça Raffestin (1993). Deste modo, o poder está presente para além da dimensão política. Contudo, neste artigo almejamos “compreender o poder como um problema político e como uma possibilidade de fundar um espaço político” (CASTRO, 2013, p. 102).

Essa análise é empreendida por Castro (2013) a partir das formulações de Arendt (2016), Foucault (2016) e Weber (1968). Baseado nesses pensadores, a autora classificou o poder como fundados em três dimensões: a despótica, a autoridade e a política. Na primeira forma de poder, o elemento que o caracteriza é a coerção pela força, ou seja, pelo emprego da violência. A essa modalidade de poder, Weber conceitua como dominação.

O poder fundado na autoridade, por sua vez, é “exercido como uma concessão, o que o torna uma forma legítima pela aceitação e pelo reconhecimento daqueles que a ele se submetem” (CASTRO, 2013, p. 103). A autora alude, mais uma vez, que, para Weber a autoridade pode se ancorar em aspectos tradicionais ou no carisma de quem exerce a liderança e, nesse sentido, essa forma de poder possui maior legitimidade quando comparada ao poder despótico, isso porque essa forma de poder se ampara em um consentimento social. Nesse ponto, a análise de Castro encontra o pensamento arendtiano (2016), uma vez que a autora alemã lembra que poder e violência apresentam graus proporcionais: quanto mais violência se usa, menos poder se tem.

A terceira forma de poder aludida por Castro diz respeito ao poder político. De acordo com a autora, essa tipologia se caracteriza por utilizar as ferramentas da coerção baseada no uso da força, oriunda do poder despótico, e por se utilizar, em grande medida, da legitimidade, oriunda do poder ancorado na autoridade. Nesse ponto, as contribuições de Castro ganham relevância na análise pretendida por este artigo. A adoção da categoria de poder político, tal qual delimitada pela autora, coaduna com nosso propósito de investigar a natureza do poder do grupo familiar Abraão-Sessim.

Descendentes de sírio-libaneses, os membros dessa família chegaram ao município na década de 1930. Aos poucos a família foi se enriquecendo e, ao contrário dos imigrantes judeus que ao se capitalizarem deixaram a cidade, os sírio-libaneses se mantiveram e passaram a atuar na política local (SIMÕES, 2008). Com a emancipação de Nilópolis em 1947, então 4º Distrito de Nova Iguaçu, esse grupo, que atuava como suporte político de Getúlio de Moura, passou a comandar e gerenciar o referido Distrito elevado à categoria de município (ALVES, 2003).

Com o Golpe Militar de 1964 os integrantes da família Abraão-Sessim filiaram-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio político ao regime militar. Devido à proximidade com o governo, a família se beneficiou das intervenções na estrutura política da Baixada Fluminense. Em fevereiro de 1970 o prefeito de Nilópolis, João Cardoso, eleito para o cargo pela terceira vez, foi cassado sob suspeita de boicotar o regime vigente. Seu delator, e primeiro secretário da Câmara Municipal, era Miguel Abraão. Aniz Abraão (popularmente conhecido como Anísio) ocupava o cargo de vereador. “A partir desse momento teve início a conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção em Nilópolis” (ALVES, 2003, p. 104). Tal conjuntura refletiu na agremiação carnavalesca gerida por Anísio Abraão, a Beija-Flor de Nilópolis. Na condição de presidente, e dessa forma exercendo poder sobre a escolha dos enredos, nos anos de 1973, 1974 e 1975, a escola de samba de Nilópolis apresentou enredos enaltecendo o regime militar e suas realizações.

A cronologia das gestões municipal e da agremiação indica parte dessa estrutura. Em 1972 Nelson Abraão foi o primeiro membro do clã a assumir a Escola de Samba sem ser interino – depois dele apenas um presidente eleito não tinha Abraão como sobrenome. Em 1973 Simão Sessim tornou-se o primeiro do clã a assumir a prefeitura de Nilópolis- depois dele apenas dois prefeitos eleitos não pertenciam ao grupo ou não haviam sido lançados politicamente por eles.

Embora um membro do clã já fosse prefeito de Nilópolis em 1973, a projeção nacional alcançada pela Beija-Flor permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político da cidade. A partir

desse processo, o grupo passou a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral próprio, vinculando o nome dos membros do clã aos projetos sociais realizados pela instituição carnavalesca. Convém ainda salientar a proeza do clã Abraão-Sessim nos legislativos municipal, estadual e federal. Desde o ano de 1972 o clã mantém ao menos um representante direto na Câmara Municipal de Nilópolis. Na esfera estadual os sírio-libaneses em questão só não tiveram representantes na legislatura de 2007-2010. Desde 1978, Simão Sessim representa o grupo na Câmara Federal, sendo um dos deputados mais antigos da referida Casa com dez mandatos consecutivos.

O poder exercido pelos membros desse grupo possui uma base legalista, uma vez que se utilizam dos mecanismos formais da democracia (como eleições) e também se alicerça sobre o carisma e a tradição, como sugere Weber (1968). Dessa forma, os representantes políticos libaneses se beneficiam da tradição emanada pela agremiação carnavalesca e do carisma conferido a seu patrono por parte da população local para angariar votos nas eleições políticas. Nesse sentido, sua atuação estaria fundada na autoridade. Contudo, em paralelo a esse processo legalista, há o uso da coerção pela força. O uso da violência acompanha a biografia do carismático patrono beijafloriano, como expuseram Cavalcanti (2009), Bezerra (2010) e Jupiara & Otávio (2016).

A análise do poder político no supracitado município aponta para existência de movimentos distintos no tocante às hegemonias das forças políticas. Essas distinções temporais, por sua vez, nos permitem dividir o processo de construção dessas territorialidades em dois períodos. O primeiro se inicia a partir de sua emancipação em 1947 e se estende até o início da década de 1970, o qual aponta para a fragmentação e para a alternância de nomes no poder executivo municipal. O segundo período é caracterizado pelo surgimento e posterior consolidação do grupo hegemônico na política local: o clã Abraão-Sessim.

Nas eleições municipais de 2012, a oposição ao clã libanês se uniu em torno da candidatura de Alessandro Calazans. Apesar dessa união e do baixo índice de aprovação do mandato de Sérgio Sessim que tentava a reeleição, Calazans venceu o pleito por uma diferença de apenas 1,85% dos votos válidos e tornou-se o segundo prefeito eleito da

cidade não vinculado ao clã Abraão-Sessim desde que estes assumiram a prefeitura nilopolitana, conforme aponta o Quadro 1. Nessa condição, antes dele, só havia João Batista da Silva (1977-1981).

Quadro 1: Prefeitos de Nilópolis – 1973-2020

Nome	Período	Condição
Simão Sessim*	1973 a 1977	Eleito
João Batista da Silva	1977 a 1981	Eleito
Zélio Sabino Barbosa	1981 a 1982	Vice Interino
Miguel Abraão *	1983 a 1988	Eleito
Jorge David *	1988 a 1992	Eleito
Manoel da Silva Rosa **	1992 a 1996	Eleito
José Carlos Cunha**	1996 a 2000	Eleito
Farid Abraão *	2001 a 2008	Eleito
Sérgio Sessim*	2009 a 2012	Eleito
Osvaldo Costa **	2012	Vice Interino
Alessandro Calazans	2013 a 2016	Eleito
Farid Abraão *	2017 a 2020	Eleito

(*) Familiares do clã Abraão-Sessim (**) Iniciaram-se na política por intermédio do clã.

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

Como exposto no Quadro 1, Alessandro Calazans rompeu a hegemonia do grupo libanês nas eleições municipais de 2012. Antes de assumir a prefeitura em 2013, Calazans foi vereador na cidade uma vez e deputado estadual em três mandatos consecutivos a partir das eleições de 1998. Além de Alessandro Calazans, seu irmão, Vander Calazans também foi vereador no mandato de 2008 a 2012. A família Calazans atua na cidade no ramo imobiliário e o pai de ambos, Alcebíades Calazans, preside uma instituição social na cidade. Desse modo, no atual contexto político nilopolitano, os Calazans constituem o principal grupo rival dos Abraão-Sessim.

Esses dois grupos se destacam ao utilizarem o espaço público de maneira privativa ao impor o nome de seus pares a esses espaços, nomeando equipamentos públicos como uma forma de manifestação de poder, marcando territórios a partir do uso político mesclando, assim, as esferas pública e privada.

O poder de nomear e o interesse político em renomear: conflitos toponímicos em Nilópolis

A discussão referente à delimitação do que seria espaço público pode ser feita a partir de dois níveis de análise não excludentes. O primeiro diz respeito à gestão desses espaços públicos e o segundo ao seu acesso. Dessa forma, Gomes (2002) nos lembra da existência de espaços públicos quanto sua gestão, porém de acesso restrito como hospitais e áreas militares e de espaços privados no tocante a gestão, porém de acesso público como os shopping centers. Nesse sentido, as limitações impostas pela forma de gestão ou pelo acesso ao espaço tornam-se insuficientes para classificá-lo como público ou privado. Entretanto, os espaços apropriados simbolicamente por meio de toponímias em Nilópolis, foco desta análise, se caracterizam por serem públicos tanto no acesso quanto na gestão.

Por outro viés, a distinção entre público e privado é, aparentemente, de mais simples delimitação. Para Dupas (2003, p. 23-24), o entendimento dos limites dessas categorias passaria necessariamente pela articulação dialética de “no mínimo dois níveis na análise: a ação do indivíduo e a estrutura coletiva na qual essa ação se inscreve. Trata-se de explorar as distinções entre as razões do indivíduo e das empresas e razões do Estado [...]”. Temos assim em Dupas, a separação da esfera pública de um lado, entendida como a razão do Estado na qual há também a ação do indivíduo, entretanto diluída entre os demais representantes da sociedade, e a razão individual e das empresas de outro lado.

Os cargos públicos por vezes são ocupados por indivíduos que priorizam projetos políticos pessoais e do grupo político ao qual pertencem. Tais grupos lançam mão de

estratégias que atendam a esses intuitos e que lhes permitam apropriar-se da máquina pública pelo maior tempo possível. Contudo, para Gomes (2002, p. 184),

hoje no Brasil, a ideia de coisa pública se confunde, em grande medida, com algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo das camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer etc. De certa forma, a mesma desvalorização ocorre com o espaço público, uma vez que o acesso é livre, e a frequência majoritária é composta, em geral, de elementos oriundos dessas camadas populares.

Gomes alude a respeito de duas características relativas aos serviços públicos: sua baixa qualidade e o fato deles serem usados por pessoas das camadas populares. Devido à segunda característica e, em que pese a pouca qualidade desses serviços, ainda assim sua apropriação é importante do ponto de vista político. O fato de esses serviços serem usados em sua maioria por pessoas pobres possibilita a alguns grupos se beneficiarem politicamente com os votos dessa camada mais numerosa da população que utiliza o serviço, exercendo um poder sobre os mesmos. Assim, há um esforço em grifar os espaços públicos populares com o nome de algum membro do clã político, constituindo-se, desse modo, em uma apropriação subjetiva do referido espaço, pois

a toponímia não é apenas um traço identitário, mas também um importante meio pelo qual se articula linguagem, poder e território. Nomear a natureza e lugares é um exercício de autoridade e evidência de poder, sendo ainda instrumento de identidade de um grupo ou instituição e autenticação da apropriação territorial (CORRÊA, 2018, p. 193)

Em nosso recorte espacial, o principal grupo político da cidade, os Abraão-Sessim, batizaram nove equipamentos públicos com seu sobrenome: três postos de saúde, duas praças e quatro espaços educacionais (Quadro 2) - fixos justamente caracterizados pela baixa qualidade dos serviços prestados às camadas mais populares, conforme Gomes assevera.

Quadro 2: Toponímias referentes a equipamentos públicos batizados por e para a família Abraão-Sessim.

Tipo de Fixo	Bairro	Homenageado	Vínculo político-familiar
Educativa	Nova Cidade	Regina Sessim	Mãe do deputado federal Simão Sessim
	Manoel Reis	Nelson Abraão David	Patrono da Beija-Flor
	Manoel Reis	Aniz Abraão David	Vereador e patrono da Beija-Flor
	Centro	Miguel Abraão	Prefeito de Nilópolis
Saúde	Centro	Jorge David (complexo)	Deputado estadual e prefeito de Nilópolis
	Cabral	Jacob Sessim	Irmão de Simão Sessim.
	Centro	Jorge David (posto central)	Deputado estadual e prefeito de Nilópolis
Lazer	Frigorífico	Jacob Abrão David	Irmão do prefeito Farid Abraão
Praça	Centro	Miguel Abraão	Prefeito de Nilópolis

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

Localizado até então na Avenida Getúlio Vargas, principal via de acesso à cidade do Rio de Janeiro e área central de Nilópolis, o maior posto de saúde do município em tamanho físico, número de funcionários e especialidades, recebeu o nome de Jorge David em homenagem ao ex-prefeito e membro do clã libanês. No último ano da gestão municipal do prefeito Calazans (2016), o espaço que abrigava o posto de Saúde foi vendido à iniciativa privada. Os serviços médicos prestados por esse posto foram transferidos para uma unidade nova batizada de Melchiades Calazans Filho. Assim, não obstante retirar o nome do grupo político rival de uma área de grande circulação de pessoas na cidade, Alessandro Calazans rebatizou o posto de saúde com o nome de seu familiar.

Os Abraão-Sessim selecionaram também a principal praça pública da cidade para homenagear outro membro de seu grupo. A então praça, Paulo de Frontin, foi renomeada para Miguel Abraão. A alteração ocorreu durante a primeira gestão do prefeito Farid Abraão e, tendo como representante na Câmara Municipal, o vereador

Abraõonzinho. Os políticos citados são, respectivamente, irmão e filho do homenageado. Historicamente a praça representa o marco inicial da urbanização do município. A homenagem em Nilópolis a Paulo de Frontin se deveu ao fato dele ter sido “responsável pela construção da primeira estação ferroviária do então povoado de São Matheus, inaugurada em 1914, pela construção das pontes ligando Nilópolis ao então Distrito Federal em 1919” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 83).

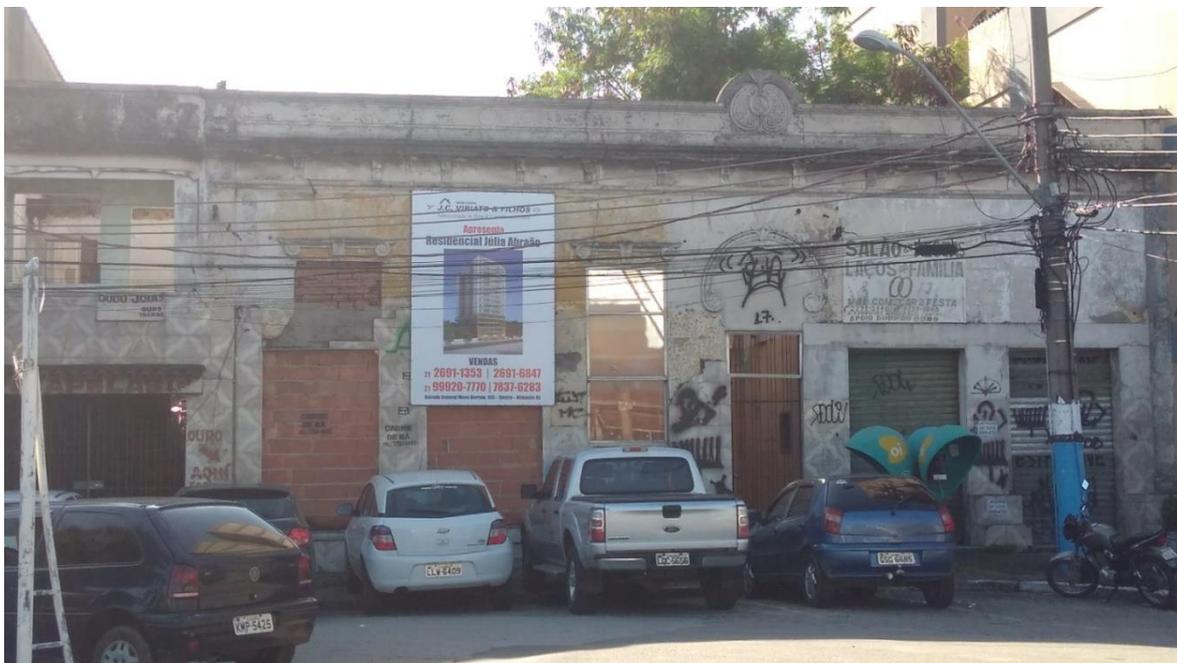
Apesar da oficialidade da troca do nome da referida praça, a gestão Calazans confeccionou placas com o nome anterior do logradouro como uma forma de não reforçar os interesses políticos do grupo rival. O esforço em aferir ganho político com a mudança do nome da praça ocorrida em 2007 não prosperou. Ainda hoje a homenagem ao membro do clã libanês não foi assimilada pela maior parte da população nilopolitana que desconhece a alteração da nomenclatura da referida praça. Até hoje ela é conhecida simplesmente “Praça do Chafariz”, após a obra que a dotou de tal equipamento em 2001. Essa postura exemplifica a rejeição de parte da população frente à imposição das toponímias oficiais, pois, conforme argumenta Mello (2007, p. 9),

as toponímias oficiais são, evidentemente, reconhecidas pela população de um modo geral. Mas, as pessoas, igualmente contestam o aparelho de Estado no que tange às toponímias oficiais com sentimento, criatividade, entendimento e uma linguagem que transforma à sua maneira e perdura no tempo. As camadas populares cultivam símbolos que lhes são transmitidos, mas elegem ou propalam a memória simbólica dos lugares.

A referida praça sediou a primeira escola local, construída entre os anos de 1914 e 1915 e a qual “ainda conserva [va] em sua fachada o monograma do nome de João Alves Mirandella, seu primeiro proprietário” (AZEVEDO & MONTEIRO, 2012, p. 90). João Alves Mirandella adquiriu em 1900 a parte restante da fazenda São Matheus, juntamente com as suas edificações. Mais que um simples proprietário, Mirandella é de grande importância para a história nilopolitana. Sua relevância é de tal monta que um dos principais logradouros da Área Central nilopolitana tem por nome Avenida Mirandella, isso porque ele foi o responsável pela gênese da cidade de Nilópolis ao fazer o levantamento da planta da fazenda e lotear as terras. Apesar da importância histórica atribuída ao prédio, a “força da grana que ergue e destrói coisas belas” foi mais

forte que o apelo da edificação e assim, em julho de 2017, o que restava da fachada foi demolida para a construção de um prédio residencial, conforme atesta a Figura 2.

Figura 2: Fachada da primeira escola da cidade inaugurada em 1922



Fotografia: Enderson Albuquerque (2017)

Na parte superior da Figura 2, podemos observar o estilo eclético que caracterizava a fachada da escola, retratando o período no qual o prédio foi construído. Ao centro da foto, podemos observar um cartaz publicitário alusivo ao futuro residencial. Contudo, se por um lado essa mudança aponta para a refuncionalização do espaço, sugerindo uma alteração da dinâmica econômica atual na cidade, por outro lado o tombamento da fachada histórica para a construção residencial indica, mais uma vez, uma explícita manifestação de poder por parte do clã Abraão-Sessim, isso porque o futuro residencial se chamará Julia Abraão e ficará ao lado de outro fixo chamado Abraão David.

Ainda referentes à nomeação das praças públicas, Jupiara & Otávio (2016, p. 61) apontam outro feito do grupo sírio-libanês para beneficiar a memória de pessoas ligadas ao clã ao revelar o exemplo de um agente de segurança que “depois de morto, [...]”

Albuquerque & Ribeiro, *“Eu Nomeio, Tu Renomeias, Ele Nomeia Novamente”*: Como As Toponímias Públicas Em Nilópolis (Rj) Expressam Territorialidades Políticas.

viraria nome de Praça em Nilópolis. Em 6 de outubro de 2006, inaugurou-se, pelas mãos do prefeito Farid Abraão David, irmão de Anísio, a praça Luiz Cláudio de Azeredo Vianna, ‘renomado cidadão nilopolitano’”. O homenageado fora torturador na época da ditadura militar e ao final do regime de exceção passou a trabalhar, também, para a contravenção e, “atuando como lugar-tenente do bicheiro [Anísio], garantia salvo-conduto na construção da rede de influência e poder na região” (JUPIARA & OTÁVIO, 2016, p.55).

Quanto aos fixos educacionais, duas escolas foram nomeadas com o sobrenome libanês. A primeira homenagem foi a Regina Sessim, a qual batiza uma creche no bairro de Nova Cidade. A homenageada é avó do ex-prefeito de Nilópolis, Sergio Sessim, e mãe do Deputado Federal Simão Sessim. Com a segunda homenagem em uma escola pública, o grupo foi mais audacioso, pois enquanto os demais agraciados pertencentes ao clã eram pessoas já falecidas, em 2010 o contemplado foi um integrante vivo, Aniz Abraão David. A Figura 3 representa visualmente como a administração de Sergio Sessim (2009-2012) preocupou-se em imprimir a “marca política” dos Abraão-Sessim nos equipamentos públicos.

O símbolo de seu mandato era um beija-flor, remetendo à instituição carnavalesca gerida pelo grupo. No entanto, em razão das mudanças políticas no cenário municipal, a escola foi rebatizada, dois anos após sua inauguração, para Paul Harris, conforme atesta a referida figura. Porém, como no mesmo espaço funciona ainda o Centro de Educação Integral (CEI), a identidade do grupo sírio-libanês não foi totalmente apagada desse espaço educacional. Esse CEI foi batizado com o nome de Nelson Abraão David.

A análise da Figura 3 é emblemática, pois simboliza a disputa política pelo poder atualmente no município. A substituição do nome do membro do clã Abraão-Sessim e a troca da logomarca de um beija-flor para “Uma Nova Nilópolis”, demonstram a tentativa da gestão Calazans para enfraquecer o sobrenome do grupo rival. Entretanto, para alcançar esse intento, o prefeito se utiliza do mesmo expediente. Ainda no exemplo da escola em questão, embora aparentemente a troca do nome não remeta de forma direta aos membros de sua família, tal escolha não se deveu apenas à notabilidade do

novo homenageado; considerou-se, também, uma estratégia política, o que reafirma a disputa de poder dos Calazans diante dos Abraão-Sessim.

Figura 3: Escola municipal homenageando um membro da família Abraão e depois rebatizada na gestão Calazans



Fotografias: GOOGLE STREET (2010)

Enderson Albuquerque (2016).

O estadunidense Paul Harris é fundador do Clube Rotary. Essa instituição, composta por empresários dedicados a práticas de caridade, é presidida atualmente no município por Alcebíades Calazans, pai de Alessandro Calazans, o qual já presidiu o Clube Rotary de Nilópolis por quatro vezes. Dessa forma, guardadas as devidas proporções, a instituição assistencialista está associada ao referido grupo político Calazans, do mesmo modo que a escola de samba Beija-Flor ao clã sírio-libanês.

Quando ainda era deputado estadual, Alessandro Calazans usou seu poder político na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para nomear o hospital de referência em partos e cirurgias de varizes, inaugurado em julho de 2006 em Nilópolis, com o nome de seu avô: hospital Vereador Melchiades Calazans. Ao se tornar prefeito, Calazans homenageou ainda sua avó com o nome de uma creche: a creche Isaura Calazans inaugurada em agosto de 2013.

Do mesmo modo que a escola municipal, o posto de saúde que passou a compor o complexo Melchiades Calazans Filho durante a gestão de Alessandro Calazans, foi renomeado para Jorge David na atual gestão municipal. O homenageado é irmão do atual prefeito. A única creche municipal que homenageava a avó de Calazans também foi rebatizada em homenagem a um ex-vereador ligado ao clã Abraão-Sessim. Sobre esse processo em Nilópolis, Corrêa (2018, p. 237) entende que “a consciência do sentido político e de comunicação da toponímia é antiga, implicando a alteração de nome de rios, montanhas, cidades e logradouros públicos à medida que se alteram aqueles que detêm o poder de criar e modificar significados”. Assim sendo, novas modificações toponímicas poderão ocorrer em Nilópolis evidenciando não necessariamente a importância dos homenageados, mas sim a força política do homenageador.

Considerações finais

A discussão estabelecida neste artigo suscita um debate referente ao público e ao privado na esfera nilopolitana, contudo, a prática desses grupos políticos cria um modelo gerencial no qual o privado se sobrepõe ao público, as individualidades se impõem sobre as políticas públicas mais amplas. A democracia representativa, que a priori sugere a ampliação das representativas nos debates públicos em razão da possibilidade de todos terem o mesmo direito em eleger representantes, é violentamente apropriada por grupos específicos, os quais elegem seus representantes quando ocupam a máquina pública, imprimindo um poder que reafirma suas identidades políticas.

Uma das manifestações da apropriação do espaço público para fins privados diz respeito à capacidade legítima de nomear os equipamentos e logradouros de uma cidade. O poder de nomear, por sua vez, está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela

relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Como esse poder é passageiro, alguns espaços públicos nilopolitanos ficam à mercê de transformações toponímicas impostas por tais agentes públicos. A fim de criar um espaço de fato identitário entre os munícipes é preciso que esses espaços homenageiem personalidades desvinculadas da política partidária atual, ícones formadores da história municipal desconexos com os políticos “profissionais” do momento, entretanto, percebemos em Nilópolis o processo oposto.

Nomear espaços públicos sugere uma determinada imposição territorial sobre esses espaços e essa imposição, por sua vez, compromete a plenitude do caráter público desses locais por conta de sua apropriação particular. Desse modo, os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear, assim, nesse contexto, “aos vencedores, as toponímias”.

Referências bibliográficas

- ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque da Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AZEVEDO, Jorge Baptista de; MONTEIRO, Marcus. *Inventário dos Bens Culturais de Nilópolis*. Nilópolis (RJ): Prefeitura de Nilópolis, 2012.
- BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro*. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro;

GONÇALVES, Renata (orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009. p. 91-123.

CEPERJ (2014). *Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Acesso em 28/08/2018. Disponível em

http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/RMRJ2013.pdf

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Caminhos paralelos e entrecruzados*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CRUZ, Cíntia. Cinturão para combater a criminalidade. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2016, Caderno Mais Baixada, p. 4 e 5.

DUPAS, G. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico*. 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.

_____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2007* (disponível em www.ibge.gov.br).

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. *Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e Segregação na Metrôpole: o Rio de Janeiro em Tempo de Crise*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

MELLO, João Baptista Ferreira. *A criatividade toponímica do povo carioca*. In: Colóquio Nacional do ANNER, II, 2007, Curitiba.

NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. *Memorial Nilopolitano*. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, 2009.

PERES, Guilherme. Nilópolis, Seu Povo, Sua História. *Diário Fluminense*, Nilópolis, Nov-2010/mar-2011.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Angelo; O' NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: contrastes entre a metrópole e o interior. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. (orgs). *Revisitando o território fluminense IV*. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. O Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p 77-116.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Rio de Janeiro: Editora Cultrix, 1968.

Data da Submissão: 24/05/2019

Data do Aceite: 13/07/2019